

**O ENSINO DE MATEMÁTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
NO CURSO NORMAL DO GINÁSIO DE JEQUIÉ-BA (1954 - 1966):
notas preliminares**

**Marly Gonçalves da Silva¹
Janice Cassia Lando²**

RESUMO

Este texto refere-se a uma investigação em desenvolvimento acerca do Ensino de Matemática no que concerne a Formação de Professores no Curso Normal do Ginásio de Jequié-Ba, no período de 1954 a 1966. Objetivamos interpretar como se constituiu a Formação Matemática de Professores no Curso Normal do referido Ginásio. Trata-se de uma pesquisa histórica, numa perspectiva da história cultural, e para uma melhor aproximação e compreensão dessa formação matemática buscamos fontes históricas tais como, a legislação, documentos disponíveis no arquivo próprio do Ginásio, no Museu da cidade, no Arquivo Público do Estado da Bahia, no Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, e os depoimentos de entrevistados, para além de outras fontes primárias e secundárias. Encontramos diários de classe, históricos e diplomas de alunas, livros de atas, boletins de estágio, lista de pontos para exames, fotos, publicações em jornais, e convites de formatura. Com base nas fontes já localizadas podemos considerar que muitos professores do curso normal do Ginásio eram médicos, sendo que lecionaram Matemática, Estatística e Desenho, advogado, engenheiro, biólogo e outros profissionais, e que havia reprovação no curso, em sua maioria nestas áreas, sendo as avaliações feitas por meio de provas escritas e orais.

Palavras-chave: Formação de Professores. Ensino de Matemática na Escola Normal. Curso Normal do Ginásio de Jequié-Ba.

INTRODUÇÃO

Escola Normal, Formação de Professores e Ensino de Matemática são temas centrais da pesquisa de mestrado, na qual buscamos, de forma geral, interpretar como se

¹ **Mestranda** da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Campus de Jequié.
E-mail: mygsilva@gmail.com.

² **Docente** da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Campus de Jequié.
E-mail: janicelando@gmail.com.

constituiu a formação Matemática de professores no Curso Normal do Ginásio de Jequié-Ba no decorrer de sua existência, no período de 1954 a 1966.

Qual a relevância de se realizar uma pesquisa histórica? Qual o sentido e significado de investigar um Colégio que não “funciona” mais? Por que resgatar determinado período? Responder a essas questões tem sido o ponto de partida de uma trajetória que almejamos trilhar para demonstrar que, ainda que o Colégio tenha sido desativado, sua contribuição foi e sempre será de grande valia para a história da educação e da formação de professores, principalmente de nossa cidade, e entendemos que a História não é um objeto concreto que se desgasta com o tempo, ao contrário, ela deve ser valorizada, pois quando compreendemos nosso passado, avaliamos e refletimos nosso presente, certamente planejamos melhor nosso futuro.

Sendo assim, não podemos nos furtar de retratar estas contribuições, haja vista que incorremos no risco de perder o alcance de uma série de fatos e documentos que revelam toda a riqueza dessa cultura educacional. Assim como, os possíveis depoentes que vivenciaram esta história, em número significativo, estão em condições físicas e mentais para contribuírem com o registro de suas memórias, o que oportunizará uma escrita da história que contemplará para além dos registros oficiais, valorizando a voz dos negligenciados, em geral, pela história oficial.

Escritores da história da cidade, a exemplo de Rabelo (2005), são consensuais de que o Ginásio de Jequié foi o primeiro centro de ensino secundário do município, bem como da região, o qual foi fundado em 1935 com essa denominação, pelo educador Antônio Félix da Cunha Brito, que contou com o apoio do italiano Vicente Grillo, um dos maiores benfeitores do município, na cessão do espaço – sobrado dos Grillo, considerado, na época, o prédio mais importante da cidade.

Segundo Rabelo (2005), o histórico Edifício Grilo erguido na Rua 2 de Julho na Praça Rui Barbosa serviu para a implantação do Ginásio de Jequié na segunda metade da década de 1930 onde permaneceu até os anos 40 com o apoio de Vicente Grilo; após a demolição, outra estrutura educacional foi construída na Avenida Rio Branco contendo também internato para alunos da região sudoestina da Bahia, um belíssimo auditório transformado mais tarde em cinema (Cine Auditório), além de uma capela, atualmente incorporada à Diocese.

Rabelo (2005) conta-nos que o Ginásio foi adquirido na década de 40 pelo Bispo de Amargosa, D. Florêncio, em sociedade com o Padre Leonides Spínola, o qual dirigiu o colégio até ser nomeado para o Tribunal de Contas do Estado, e em sua homenagem, por último o colégio passou a ser denominado CEMS, Centro Educacional Ministro Spínola, (popularmente chamado de Colégio do Padre).

A Escola Normal foi implantada no Ginásio de Jequié em 1954, quando foi publicada a autorização para seu funcionamento no ano seguinte com a subdivisão – Intermediário, e Primeiro Pedagógico – conforme figura abaixo, na ocasião já estava em desenvolvimento o 1º ano do curso, denominado na época apenas Curso Normal conforme atestam documentos do Ginásio e depoentes.

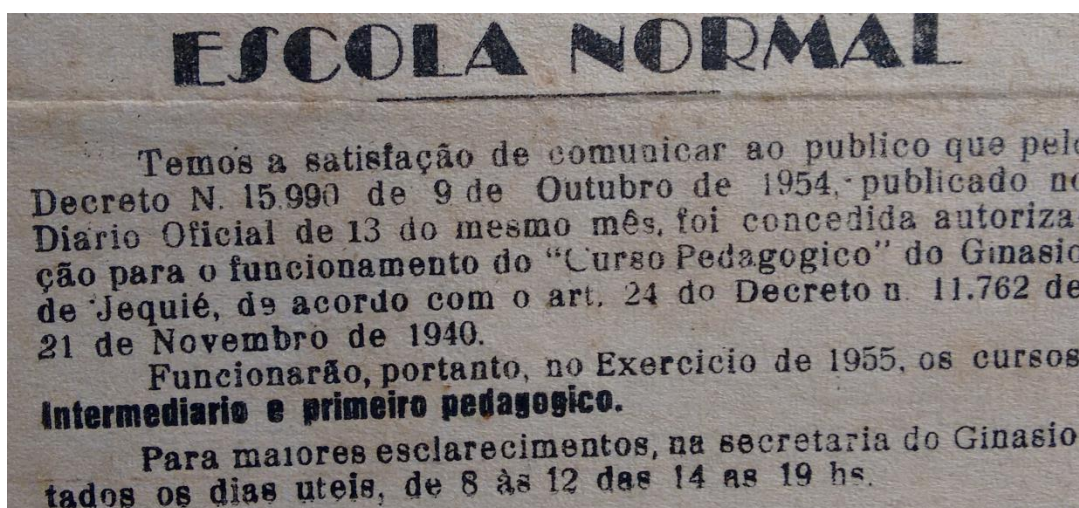


Figura 1– Comunicado de autorização do Curso Normal do Ginásio de Jequié.

Fonte: Jornal Jequié, 1955.

Nossa pesquisa está vinculada ao projeto³ “Tecendo o processo histórico de profissionalização docente, no âmbito da matemática, nos seus diferentes níveis de formação na Bahia, de 1925 a década de 1980” que tem como objetivo, “investigar historicamente as rupturas, as diacronias e sincronias dos processos de institucionalização, circulação e profissionalização do professor que ensina matemática, considerando tanto os

3 Este projeto é constituído por uma equipe de pesquisadores pertencentes a três universidades baianas: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB - Campus de Jequié). Na UESB é representado pelo Grupo NEPHEMAT (Núcleo de Estudo e Pesquisa em História, Educação e Matemática).

aspectos conceituais e metodológicos como as dimensões culturais e sociais da matemática e do seu ensino nos diferentes níveis escolares na Bahia – primário, secundário e superior, hoje, ensino fundamental, médio e superior –, mais especificamente, os saberes matemáticos envolvidos tanto na formação como na prática docente, no período de 1925 a década de 1980, em diálogo estreito com a produção nacional sobre essa temática”. (LIMA et al., 2016).

Em termos de referenciais teórico-metodológicos, estamos nos pautando a princípio, nas contribuições de: Roger Chartier (1991; 2002) para tratarmos da História Cultural e os Conceitos de Apropriação e de Práticas Culturais; Dominique Julia (2001) está nos conduzindo na discussão sobre Cultura Escolar; e Antônio Nóvoa (1995), está sendo nossa base de estudo acerca da profissão docente, para além de outros autores.

ESCOLA NORMAL E ENSINO DE MATEMÁTICA: um breve panorama histórico

A história da Escola Normal surge atravessada por interesses e disputas de toda ordem. As condições do ensino público durante o período imperial eram precárias. O retrato da educação nesse período, na maioria das províncias do País, revela uma situação permeada por avanços e retrocessos que se estenderam pelos estados até a primeira metade do século XX. As mudanças que eclodiram na sociedade brasileira durante a Primeira República além de proclamar um novo regime político contribuíram para que os presidentes de Estado considerassem a instrução como a chave de progresso intelectual, moral e físico do país. Nesse aspecto, “O incumbido da ‘missão’ de formar homens e mulheres capazes de acompanhar e atuar nessa marcha rumo a uma nação mais moderna seria o professor primário” (ECAR, 2011, p. 1).

Faz-se necessário registrar que a partir do século XIX houve uma importante transição em que a então hegemonia exercida pela igreja sobre a educação vai sendo paulatinamente assumida pelo Estado. Desta forma, “a valorização da escola primária também passaria pela valorização da escola normal, lugar de onde saíam os professores a fim de desempenharem seu ‘ministério’” (ECAR, 2011, p. 1).

Em pesquisa desenvolvida acerca da profissionalização docente, Nóvoa (1995, p.14) adverte que “o processo histórico de profissionalização do professorado (passado) pode servir de base à compreensão dos problemas atuais da profissão docente (presente)”. Revisitar o passado é sem dúvida uma das melhores estratégias para interpretar os fatos e compreender os acontecimentos, uma vez que “a formação de professores é, provavelmente, a área mais sensível das mudanças em curso no sector educativo: aqui não se formam apenas profissionais; aqui produz-se uma profissão.” (NÓVOA, 1995, p. 26).

Para Nóvoa (1995, p.18) as escolas normais são uma conquista significativa do professorado, que não mais se afetará pela dignificação e prestígio desses estabelecimentos quanto a: maiores requisitos de entrada, ampliação do currículo e melhoria do nível académico que representam reivindicações inscritas nas lutas associativas dos séculos XIX e XX, ou seja, “Mais do que formar professores (a título individual), as escolas normais produzem a profissão docente (a nível colectivo), contribuindo para a socialização dos seus membros e para a génese de uma cultura profissional”.

De acordo com a literatura (BASTOS, 1998; SAVIANI, 2006; ECAR, 2011), a primeira Escola Normal brasileira foi fundada em Niterói, no Rio de Janeiro (capital do Império), em 1835, onde o curso Normal foi instituído no intuito de formar professores para exercerem o magistério no ensino primário, o qual era ofertado em cursos públicos de nível secundário; as inúmeras experiências de estabelecimento de Escolas Normais nas províncias iniciadas desde então, com sua fundação, passam a referenciar-se nas diretrizes emanadas do Rio de Janeiro.

Buscando sanar, em parte, o problema de formação de professores, é que a província do Rio de Janeiro se aventura a criar sua própria Escola Normal, com o intuito de preparar os futuros mestres (BASTOS, 1998). Em seu Artigo 1º a Lei determina que,

Haverá na Capital da Província do Rio de Janeiro huma Escola Normal para nella se habilitarem as pessoas, que se destinarem ao magistério de instrução primária, e os Professores actualmente existentes, que não tiverem adquirido a necessária instrução nas Escolas de Ensino na conformidade da Lei de quinze de Outubro de mil oitocentos e vinte sete, Artigo quinto.

(RIO DE JANEIRO, 1835)

Esse modelo de Escola Normal persistiu até a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, (BRASIL, 1971) ser aprovada; esta lei é reconhecida pela transformação das Escolas Normais em Habilitação Específica para o Magistério de 2º Grau. A primeira escola normal do Brasil teve duração provisória conforme aponta Moacyr (1939), sendo suprimida em 1849 e somente em 4/2/1859, a Lei Provincial 1.127 determinou a criação de outra Escola Normal na Capital da Província, cujo curso teria a duração de três anos, abrangendo a seguinte estrutura,

Fica criada na capital uma Escola Normal com as seguintes cadeiras, providas mediante concurso: língua nacional, caligrafia, doutrina cristã e pedagogia (1ª); aritmética, inclusive metrologia, álgebra até equações do 2º grau, noções gerais de geometria teórica e prática (2ª); elementos de cosmografia e noções de geografia e história, principalmente do Brasil (3ª).

(MOACYR, 1939, p. 232)

Na opinião de Tanuri (2000, p. 64) as características de um ensino “apoucado, estreitamente limitado em conteúdo ao plano de estudos das escolas primárias”, não foram restritas à Província do Rio de Janeiro, demarcou o início do desenvolvimento das escolas normais em outros países e acompanhou a organização imprimida às primeiras instituições brasileiras congêneres aqui instaladas.

No Brasil, a criação das primeiras Escolas Normais seguiu a seguinte ordem: Rio de Janeiro, 1835; Bahia, 1836; Mato Grosso, 1842; São Paulo, 1846; Piauí, 1864; Rio Grande do Sul, 1869; Paraná e Sergipe, 1870; Espírito Santo e Rio Grande do Norte, 1873; Paraíba, 1879; Rio de Janeiro (DF) e Santa Catarina, 1880; Goiás, 1884; Ceará, 1885; Maranhão, 1890. Essas escolas, no entanto, existiram de forma intermitente sendo fechadas e reabertas periodicamente. (SAVIANI, 2006)

Foi a necessidade de universalizar a instrução elementar a partir do século XIX que conduziu à organização dos sistemas nacionais de ensino. Estes se viram diante da necessidade de formar professores em grande escala, para atuar nas referidas escolas. O meio para solucionar esse problema foi a criação de escolas normais, de nível médio, para formar professores primários tendo o nível superior a tarefa de formar os professores secundários (SAVIANI, 2006).

Conforme Ecar (2011), a criação da Escola Normal na Bahia ocorreu em Salvador, pela Lei nº 37, de 14 de abril de 1836, entretanto, vindo a funcionar somente após seis anos da data da sanção, em decorrência das Revoltas⁴ dos Malês e da Sabinada; as aulas iniciadas em 26 de março de 1842 tinham o curso voltado para o programa de ensino da escola primária, incluindo desenho linear e prendas domésticas.

E no intuito de organizar a instrução primária pública e esta Escola Normal para formar seus mestres, os professores baianos João Alves Portela e Manuel Correia Garcia foram enviados à França, selecionados mediante concurso, a fim de estudar na Escola Normal de Paris, visto que o ensino mútuo era limitado e ofertado apenas na capital da província e em restritas localidades circunvizinhas, tendo poucos professores aptos a lecionar a disciplina. Entretanto, só veio a funcionar de fato em 1842, já no segundo império, quando os referidos professores retornam da França, após serem enviados em missão de estudos, onde estudaram na Escola Normal, “obtiveram atestados e traduziram o manual dos métodos mútuo e simultâneo” (D’ESQUIVEL, 2015, p. 19).

Esta necessidade de formação de professores para ensinarem o método mútuo originou-se devido a legislação educacional da época. O Decreto das Escolas de Primeiras Letras (BRASIL, 1827) – primeira lei sobre a Instrução Pública Nacional do Império do Brasil, de 15 de outubro de 1827 –, que então regulamentou seu currículo, exigia aos futuros mestres o domínio do Método Mútuo ou Lancasteriano; como versa o Art. 4º “As escolas serão de ensino mutuo nas capitais das províncias; e o serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.” Significa que o aprendizado se daria pelo ensino simultâneo da leitura e da escrita para alunos de diferentes idades e graus de escolaridade (BRASIL, 1827).

⁴ Foram levantes e insurreições de caráter político-social que ocorreram justamente em meio ao surgimento da Escola Normal como Pereira (2009, p. 12) explicita, ou seja, num período histórico caracterizado por vários movimentos revolucionários de cunho social e político, sendo estas revoltas dois importantes movimentos desses que “iam de encontro à ordem política e econômica vigente representando uma ameaça ao império, pois reivindicavam entre outras coisas a libertação de escravos e a mudança do regime governamental”. A autora alega que participaram disso Manoel José Estrela e Antônio Joaquim das Mercês, professores do recém-criado Liceu Provincial, o que poderia ter provocado temor nas autoridades a respeito de sua influência na formação profissional, sobretudo a docente, fato que possivelmente justifique o atraso no funcionamento da instituição.

No interior da Bahia foram criadas Escolas Normais em 1926, a de Caetitê (que já existira no fim do séc. XIX e fora fechada posteriormente) e, em 1927, a de Feira de Santana (SOUSA, 2001).

Apesar do grande esforço para a criação de escolas normais em diferentes províncias no Brasil ter iniciado no século XIX, conforme aponta Saviani (2008), sua consolidação ocorreu apenas no século XX, resultante de um difícil, longo e oscilante processo que se aclamou nos anos 1950 e 1960 e, logo iniciou-se um sistema de desmontagem do sistema de escolas normais.

A criação das escolas voltadas ao preparo de professores para exercer suas funções está, segundo Tanuri (2000), atrelada à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, à popularização e publicização da educação que junto à consolidação dos Estados Nacionais favoreceu, no século XIX, a multiplicação das escolas normais.

Essas escolas tiveram impulso a partir dos anos 70, devido as transformações de ordem política, cultural e ideológica vindo a refletir no campo da educação, sendo que na Província da Bahia, Rocha (2008) assegura que esses reflexos deram-se muito mais tarde, visto que a Escola Normal foi consolidada de forma gradativa e muito lentamente. Assim, “À República caberia a tarefa de desenvolver qualitativa e, sobretudo, quantitativamente as escolas normais e de efetivar a sua implantação como instituição responsável pela qualificação do magistério primário”. (TANURI, 2000, p. 67)

Apesar da literatura demarcar o processo de descontinuidade do ensino normal ocorrido durante o século XIX, já que as Escolas Normais em determinadas províncias oscilaram entre sucessivos processos de funcionamento e fechamento, Rocha (2008, p. 58) retrata que este fato não acometeu a província da Bahia, ou seja, “A Escola Normal não percorreu esse caminho, não sofreu processo de desativação, de interrupção.”

O advento da República buscou instaurar um novo modo de tratar a educação no Brasil. Interpretando as ideias de Valente (2012), podemos pensar que esse novo modelo anunciou como ideário o ensino intuitivo, no qual o aprender de cor precisaria ser abandonado deixando para trás o método de ensino tradicional. Nesse contexto, começou a reinar um clima de aperfeiçoamento pedagógico do ensino na primeira década do século XX em torno da formação de professores oferecida pelas escolas normais. De acordo com

o autor, o ensino intuitivo surgiu com a necessidade de interrogar como essa nova proposta vem caracterizar o ensino que almeja substituir. É possível “afirmar que a emergência do novo, de uma nova proposta didático-pedagógica ocorre a partir de uma leitura do passado” e de uma dada representação dele, assim afirma-se o novo, pelo embate, pela luta de representações (VALENTE, 2012, p.5).

Os apontamentos de Valente (2015) denotam que a matemática ensinada pelo professor nos primeiros anos escolares trata dos saberes elementares, justificando inclusive que sendo escola elementar, a denominação desse nível de ensino era indicativa disso; ela é herdeira de duas vertentes diversas, que concebem o elementar de modo antagônico; essas duas concepções segundo o autor, apesar de diferentes, convivem há muito tempo com as pedagogias, os saberes e a formação de professores; sua melhor configuração remonta aos fins do século XIX, mas sua história teve início com a ruptura do ideário iluminista e com a instituição de uma contracultura pedagógica, que foi alimentada pelas pedagogias modernas, de bases empiristas, caracterizadas pelas pedagogias intuitiva e escolanovista, assim, a matemática na formação dos professores depende dos sujeitos que serão educados por ela, ela está muito mais ligada ao contexto de ensino do que àquele matemático propriamente dito (VALENTE, 2015).

No que concerne ao ensino primário, Valente (2012) aponta que os textos de história da educação retratam como a influência do modelo estabelecido em São Paulo expandiu-se aos demais estados brasileiros; o autor argumenta ainda que desde a segunda fundação da Escola Normal de São Paulo, no início do século XIX, as obras francesas que dão parâmetros à matemática do curso secundário e do ensino de preparatórios foram utilizadas também no ensino normal, muitas vezes de modo indireto, servindo como manuais para a elaboração de programas e livros para a formação matemática de normalistas, lembrando que a formação dos professores de matemática desse tempo era relacionada às escolas de engenharia. Isso identifica a permanência da cultura escolar matemática do curso secundário no ensino normal.

Percorrer as trajetórias dos saberes matemáticos atrelados à Escola Normal enquanto objeto de estudo é o mesmo que focalizar suas transformações, não somente enquanto disciplina matemática, mas também como cultura escolar que abrange a historiografia da educação matemática brasileira. Isso requer investigações propensas a

identificar e analisar as múltiplas informações históricas que perfazem o cenário de uma história que tem determinado parte das transformações culturais da educação brasileira.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa histórica, adotamos como referência as considerações de Roger Chartier (1991), no que diz respeito às práticas e apropriações, e situamos esta investigação no âmbito da História Cultural que “[...] tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler [...]”, considerando as percepções sociais enquanto discursos desprovidos de neutralidade, ou seja, que ensejam ações capazes de transformar e afirmar um ideal ou que elucidem aos sujeitos suas decisões. (CHARTIER, 2002, p. 16-17)

A apropriação, segundo Chartier (1991, p.180) “visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem”, e nessa perspectiva que julgamos necessário fazer uso do referencial teórico-metodológico composto por historiadores na tarefa de escrever uma história, mais precisamente, uma história cultural acerca da formação matemática no Curso Normal do Ginásio de Jequié.

Estamos fazendo uso da história oral como uma das formas de produção de fontes históricas da pesquisa na medida em que pretendemos dar voz àqueles que fizeram parte da instituição que estamos pesquisando. Os sujeitos da pesquisa compreendem ex-alunas, ex-professores e outras pessoas que fizeram parte da história do Curso Normal do Ginásio de Jequié, que estão sendo localizados e convidados a participar da mesma enquanto depoentes.

Para uma melhor aproximação e compreensão dessa formação no curso normal cabe-nos também buscar as fontes de informação representadas pela legislação e outros documentos, tais como jornais da época, diários de classe, fichas de alunos, dentre outras; e na perspectiva da cultura escolar, embasados em Domenique Julia recorreremos a essas fontes,

[...] no sentido de buscar os vestígios deixados por cotidianos escolares passados. Esses vestígios, por circunstâncias as mais variadas, podem ser encontrados, compondo um conjunto de produtos da cultura escolar. Ao lado de toda normatização oficial que regula o funcionamento das escolas, como leis, decretos, portarias etc. [...] São essas as fontes de pesquisa que devem ser encontradas, organizadas e inventariadas a fim de estudarmos a trajetória histórica da matemática escolar.

(VALENTE, 2004, p. 11)

A descrição acerca da cultura escolar elaborada por Julia (2001, p. 10) lhe concebe “[...] como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” sendo que tais normas e práticas são organizadas mediante as finalidades que, segundo o autor, são suscetíveis de mudanças conforme as épocas, ou seja, correlacionadas as finalidades religiosas, sociopolíticas ou puramente de socialização.

Enquanto arquivos para busca e constituição das fontes históricas, a princípio estamos nos valendo do Museu Histórico João Carlos Borges, situado em Jequié; do Arquivo Público do Estado da Bahia-APEB, localizado em Salvador; do Arquivo próprio do Ginásio de Jequié; além do Repositório Institucional da UFSC; e dos depoimentos orais obtidos junto aos depoentes.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Podemos perceber do exposto, que a Escola Normal possui uma história atrelada a diversos interesses entre eles políticos, pois retrata um período em que a educação foi considerada imprescindível ao progresso do país em meio à proclamação de um novo regime político.

A valorização da escola primária demandava investimento na profissionalização do corpo docente para atender à nova ordem que preconizava a formação da intelectualidade de uma sociedade que trilhava a modernização. Neste sentido, qualificar o corpo docente era imperativo, pois a preocupação era voltada para o ensino secundário e

mais ainda para o ensino superior, o que impulsionou a deliberação para que cada província organizasse seus sistemas de ensino e a formação de seus mestres.

Portanto, a legislação e os intelectuais que defenderam a Escola Normal são responsáveis por sua construção como um lócus específico para a formação de professores do antigo curso primário, hoje considerada séries iniciais da Educação Básica. Devemos à Escola Normal as bases dessa formação.

Os depoentes já entrevistados apontam como professores de Matemática, Estatística e Desenho do curso Normal do Ginásio de Jequié, Engenheiro, Advogado, Biólogo e até mesmo Contador. Declaram também que as listas de pontos para exames lhes eram entregues para estudos das arguições orais e provas escritas que faziam, alguns pontos encontrados conferem com os preenchidos nos diários de classe. Confirmaram que muitos concluintes tornaram-se professores do Ginásio ou da Escola Normal implantada na rede pública do município e que os professores acumulavam mais de um ofício. Apontam a matemática como a disciplina que mais determinava o “pé quebrado”, ou seja, as reprovações sujeitas a recuperações, bem como estatística e desenho. A entrevistada da primeira turma da Escola Normal do Ginásio de Jequié revelou que seu estágio aconteceu numa classe multisseriada e que a diretora do então colégio era também a professora/regente.

Localizamos no arquivo do Ginásio, diários de classe, históricos de alunas, livros de atas, relatórios de provas parciais e listas de pontos para exames. Dada a insuficiência dos mesmos em cobrir todo o recorte temporal, recorreremos à história oral como uma das formas de produção de fontes históricas da pesquisa, realizando entrevistas com ex-alunas e ex-professores para uma melhor compreensão e apropriação da formação matemática de professores nesse período. Nesta busca, encontramos junto às ex-alunas diplomas, fotos, publicações em jornais, convites de formatura, boletins de estágio, etc. Certamente, as informações históricas contidas em documentos, pesquisas acadêmicas e mesmo na memória dos depoentes, nos permitirá apontar aspectos mais significativos referentes às trajetórias desses saberes matemáticos e suas implicações no decorrer do processo de formação de professoras na Escola Normal que pleiteamos neste estudo.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Helena Camara. A formação de professores para o ensino mútuo no Brasil: o curso normal para professores de primeiras letras do barão de Gérando (1839). **Revista História da Educação**, Pelotas/RS, v. 2, n. 3, p. 95-119, abr. 1998.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Rio de Janeiro, 31 out. 1827.

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 71 Vol. 1, pt. 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em: 11 jun. 2017.

_____. Lei nº. 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 ago. 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173 - 191, 1991.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

D'ESQUIVEL, Márcio Oliveira. **O ensino de Desenho e Geometria para a escola primária na Bahia (1835-1925)**. 2015. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahia, 2015.

ECAR, Ariadne Lopes. **Conhecimentos pedagógicos como orientação para a “missão docente”**: A formação na Escola Normal de Niterói na Primeira República (1893-1918). 2011. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2009_1-517-ME.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

JORNAL **Jequié**, 1955. Comunicado de autorização do Curso Normal do Ginásio de Jequié. Ano 9, n.º 443. Jequié, publicado em 15 jan.1955.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas/SP: Autores Associados, SBHE, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LIMA, Eliene Barbosa. (Coord.). **Tecendo o processo histórico de profissionalização docente, no âmbito da matemática, nos seus diferentes níveis de formação na Bahia, de 1925 a década de 1980**. Universidade Estadual de Feira de Santana - BA – Brasil, 2016.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império**. 2. v. Brasiliense, (1939). Disponível em: <www.brasiliense.com.br/obras/a-instrucao-e-as-provincias-vol-ii>. Acesso em: 13 jul. 2017.

NÓVOA, Antônio. O processo histórico de profissionalização do professorado. In: _____. (Org.) **Profissão professor**. 2. ed. Porto: Porto, 1995, p.13-33.

PEREIRA, Jaciara Soares Santos. **As formas de controle do trabalho do professor estabelecidas nos regulamentos da instrução primária do Estado da Bahia no período de 1895-1925**. 2009. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-JACIARA-SOARES-SANTOS-PEREIRA.pdf>> acesso em: 15 jun. 2017.

RABELO, Milton de Almeida. **Narrativa de uma existência**. Jequié: UESB, 2005.

RIO DE JANEIRO (Província). **Lei nº10, de 4 de abril de 1835**. Decreto de criação da escola normal. Rio de Janeiro, 10 abr. 1835. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99970/1835_10_abril_Ato_n%C2%BA10_Cria_Escola_Normal.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2017.

ROCHA, Lucia Maria da Franca. A Escola Normal na Província da Bahia. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria G. B. de; LOPES, A. de Pádua C. (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil, do Império à República**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. v. 1, p. 47-60

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia e formação de professores no Brasil: vicissitudes dos dois últimos séculos. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 4., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2006. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo01/Coordenada%20por%20Dermeval%20Saviani/Dermeval%20Saviani%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

_____. **Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da Educação).

SOUSA, Ione Celeste de. **Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945**. São Paulo: EDUC-Editora da PUC-SP, 2001. 197 p.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, n. 14, p. 61-88, maio/jun./ago., 2000.

VALENTE, Wagner Rodrigues. A matemática escolar: perspectivas históricas. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 3., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2004. Disponível em: <

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/030.pdf>>.

Acesso em: 05 maio 2018.

_____. O que é número? Intuição versus Tradição na História da educação matemática. **Revista Brasileira de História da Matemática**, UNIFESP, v. 12, n. 24, p. 21-36, abr-ago. 2012.

_____. Que formação matemática para o professor dos primeiros anos escolares? **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**. Belo Horizonte, v. 07, n. 13, p. 73-84, ago./dez. 2015. Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/artigo/download/20160905180204.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.